



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº 04/93
(DO SR. SIDNEY DE MIGUEL)

Solicita que a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias requeira informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre a exploração ilegal de madeira na Área Indígena Nambiquara (MT).

Requeiro - com base nas informações recebidas diretamente dos índios Nambiquara e, ainda, com base na carta assinada por 73 índios Nambiquara, representantes de diversas aldeias, em que eles pedem que seja "combatida" e "embargada" a venda de madeira de suas terras e, nos relatórios dos administradores da Funai nas reservas Nambiquara, cópias em anexo - as seguintes informações:

- a) Dados sobre a pessoa e as atividades da Sra. Elisabeth Villas Boas dos Santos, e medidas adotadas por este Ministério visando a apuração de sua responsabilidade criminal;
- b) Dados sobre a pessoa do Sr. Paulo de Oliveira, com a indicação das mesmas medidas deste Ministério para apuração de sua responsabilidade criminal; e
- c) Medidas efetivas que este Ministério, por meio da Funai, irá tomar para garantir a integridade daquelas terras indígenas segundo determina a Constituição.

J U S T I F I C A T I V A

No último dia 31/03/93, juntamente com o Deputado Marco Penaforte, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, recebemos a visita de uma comissão de onze lideranças do grupo Nambiquara, representantes de diversas aldeias, que relataram estarem suas terras sofrendo a ação ilegal de madeireiros.

Segundo eles, as áreas indígenas Vale do Guaporé e Sararé, com 242.593 hectares e 1.011.961 hectares, respectivamente, ambas no Estado do Mato Grosso, já demarcadas e homologadas, estão sendo maciçamente invadidas por madeireiros que, infringindo a Constituição e a legislação infra-constitucional, fazem o roubo da madeira nobre daquelas áreas, por vezes empregando violência contra os indígenas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Essa situação tem sido respaldada por políticos locais que promovem, abertamente, a invasão da área indígena e a dilapidação de seus recursos, bem como o aliciamento de alguns índios Nambiquara para que permitam a retirada ilegal de madeira em troca de falsas promessas de recompensa financeira.

Para tanto, os madeireiros vêm se utilizando, principalmente, da intermediação de duas pessoas: a Sra. Elisabeth Villas Boas dos Santos, que se apresenta como "parente do ministro da Justiça", e se diz por V. Exa. "autorizada" a fazer "negociações"; e o Sr. Paulo de Oliveira, ex-funcionário da Funai, demitido por desvio de função e envolvimento ilícito com intermediação e venda de madeira de áreas indígenas. O Sr. Paulo de Oliveira é atualmente assessor do deputado estadual Amador Tut (PL).

Brasília, 07 de abril de 1993.


Deputado SIDNEY DE MIGUEL



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

Of. nº 91/93

Brasília, 13 de abril de 1993

Senhor Ministro,

No último dia 31/03/93 recebemos, neste órgão Técnico, a visita de uma comissão de onze lideranças do grupo nambiquara, representantes de diversas aldeias, que denunciaram a ação ilegal de madeireiros em suas terras, conforme documentação anexa.

Segundo eles, as áreas indígenas Vale do Guaporé e Sararé, com 242.593 hectares e 1.011.961 hectares, respectivamente, ambas no Estado do Mato Grosso, já demarcadas e homologadas, estão sendo maciçamente invadidas por madeireiros que, infringindo a Constituição e a legislação infra-constitucional, praticam o roubo da madeira nobre daquelas áreas, por vezes empregando violência contra os índios.

Essa situação tem sido apoiada por políticos locais que promovem, abertamente, a invasão da área indígena e a dilapidação de seus recursos, bem como o aliciamento de alguns índios nambiquara para que permitam a retirada ilegal de madeira em troca de falsas promessas de recompensa financeira.

Para tanto, os madeireiros vêm se utilizando, principalmente, da intermediação de duas pessoas: a Sra. Elisabeth Villas Boas dos Santos, que se apresenta como "parente do ministro da Justiça", e se diz por V. Exa. "autorizada" a fazer "negociações"; e o Sr. Paulo de Oliveira, ex-funcionário da Funai, demitido por desvio de função e envolvimento ilícito com intermediação e venda de madeira de áreas indígenas. O Sr. Paulo de Oliveira é atualmente assessor do Deputado Estadual Amador Tut (PL).

Neste sentido, solicitamos a V. Exa. a especial gentileza de fornecer-nos as seguintes informações:

a) Dados sobre a pessoa e as atividades da Sra. Elisabeth Villas Boas dos Santos, e medidas adotadas por este Ministério visando a apuração de sua responsabilidade criminal;

b) Dados sobre a pessoa do Sr. Paulo de Oliveira, com a indicação das mesmas medidas deste Ministério para apuração de sua responsabilidade criminal; e

c) Medidas efetivas que este Ministério, por meio da Funai, irá tomar para garantir a integridade daquelas terras indígenas segundo determina a Constituição.

Certo de contarmos com a honrosa atenção de Vossa Excelência, reiteramos nossos protestos de grande consideração e elevada estima.

Deputado MARCO PENAFORTE
Presidente

Exmo. Sr.
Senador MAURÍCIO CORREIA
DD. Ministro de Estado da Justiça
Brasília - DF



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

Of. nº 90/93

Brasília, 13 de abril de 1993

Senhor Presidente da República,

No último dia 31/03/93 recebemos neste órgão Técnico a visita de uma comissão de onze lideranças do grupo nambiquara, representantes de diversas aldeias, que relataram estarem suas terras sofrendo a ação ilegal de madeireiros, conforme documentação anexa.

Segundo eles, as áreas indígenas Vale do Guaporé e Sararé, com 242.593 hectares e 1.011.961 hectares, respectivamente, ambas no Estado do Mato Grosso, já demarcadas e homologadas, estão sendo maciçamente invadidas por madeireiros que, infringindo a Constituição e a legislação infra-constitucional, fazem o roubo da madeira nobre daquelas áreas, por vezes empregando violência contra os indígenas

Essa situação tem sido respaldada por políticos locais que promovem, abertamente, a invasão da área indígena e a dilapidação de seus recursos, bem como o aliciamento de alguns índios Nambiquara para que permitam a retirada ilegal de madeira em troca de falsas promessas de recompensa financeira.

Para tanto, os madeireiros vêm se utilizando, principalmente, da intermediação de duas pessoas: a Sra. Elisabeth Villas Boas dos Santos, que se apresenta como "parente do ministro da Justiça", e se diz por V. Exa. "autorizada" a fazer "negociações"; e o Sr. Paulo de Oliveira, ex-funcionário da Funai, demitido por desvio de função e envolvimento ilícito com intermediação e venda de madeira de áreas indígenas. O Sr. Paulo de Oliveira é atualmente assessor do deputado estadual Amador Tut (PL).

Neste sentido, solicitamos a especial gentileza de Vossa Excelência, através das autoridades competentes, as seguintes informações:

a) Dados sobre a pessoa e as atividades da Sra. Elisabeth Villas Boas dos Santos, e medidas adotadas pelo Ministério da Justiça visando a apuração de sua responsabilidade criminal;

b) Dados sobre a pessoa do Sr. Paulo de Oliveira, com a indicação das mesmas medidas do Ministério da Justiça para apuração de sua responsabilidade criminal; e

c) Medidas efetivas que o Ministério da Justiça, por meio da Funai, irá tomar para garantir a integridade daquelas terras indígenas segundo determina a Constituição.

Certo de contarmos com a honrosa atenção de Vossa Excelência, reiteramos nossos protestos de grande consideração e elevada estima.


Deputado MARCO PENAFORTE
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Doutor ITAMAR CAUTIERO FRANCO
Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil
Palácio do Planalto
Brasília - DF

ABR 14 /93 10:18

P.1



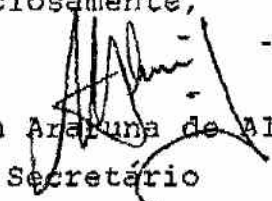
CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINÓRIAS

Ilustríssima Senhora Juliana,

Conforme solicitado, por telefone, estou encaminhando-lhe cópias do Requerimento de autoria do Deputado Sidney de Miguel, e dos ofícios encaminhados ao Presidente da República e ao Ministro da Justiça. O Presidente deste Órgão Técnico, Deputado Marco Penaforte, solicita que você dê conhecimento, aos participantes daquela reunião realizada no dia 31.03.93, das medidas adotadas até o momento.

Brevemente estaremos, também, encaminhando-lhe cópias dos ofícios aos Governador do Mato Grosso e Banco Mundial.

Atenciosamente,


Aurenilton Arapuna de Almeida
Secretário